

# Olhos de ver

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

A diamentação por causa de problema de saúde, não modifica a essência da visita do presidente Lula que chegará à China em momento especial para ele e os chineses. O brasileiro desembarca em Pequim como um dos principais parceiros comerciais do grande Império do Meio. E pretende aprofundar esse relacionamento, sem entrar em conflito com os Estados Unidos. Os chineses estão vivendo a experiência de fazer uma política externa capaz de constringer antigos parceiros. Xi Jinping, o líder que está inaugurando seu terceiro mandato no poder, saboreia inédita possibilidade de dar a mão aos russos e salvar a economia do vizinho gigante.

Chineses e russos jamais tiveram uma convivência tranquila. Os dois países possuem a maior fronteira comum do mundo, o que ofereceu pretexto para enfrentamentos de diversos quilates. O comunismo chinês começou a dar seus primeiros passos fortemente auxiliado por Joseph Stalin. Nikita Khrushov, seu sucessor, ao contrário, procurou uma política de distensão com os Estados Unidos e relegou o governo de Pequim a seu próprio destino. O desenvolvimento chinês recente é produto do esforço dos intelectuais do PCC em qualificar lideranças e procurar melhores alternativas tecnológicas. Os intelectuais nos altos círculos chineses estudam a União Soviética com os olhos voltados para o passado. Querem entender as razões do fracasso do comunismo no outro lado da fronteira. E não pretendem repetir o desastre.

A China sempre foi o parceiro menor no xadrez ideológico da Ásia. Mas, até o século XIX só dois países haviam alcançado o status de grande potência, China e Índia. Os dois sofreram muito com a ascensão econômica dos europeus e dos Estados Unidos. Agora, tanto um quanto outro tratam de recuperar as posições perdidas há dois séculos. A conspiração do destino, somada a boa política externa, colocou o líder chinês na posição de assegurar o contínuo funcionamento da economia russa. Se os chineses saírem da Rússia, o país desaba. Ou seja, o colosso russo passou a ser dependente do chinês.

Trata-se de novidade que vai repercutir nas próximas décadas. A política externa norte-americana é seccionada e não consegue apontar para o longo prazo. Sofre de avanços e recuos ao sabor do ocupante da Casa Branca. A velha prática de entregar embaixadas em postos importantes no exterior a quem mais contribuiu para a campanha presidencial impede que haja uma continuidade nas ações da diplomacia norte-americana. As verbas do Departamento de Estado alcançam pouco mais de 10% daquelas à disposição do Departamento de Defesa.

A política externa de Washington continua a privilegiar a força, ou o big stick. Funcionou na América Latina e na Ásia em alguns períodos. Nos últimos anos, a expansão objetiva e controlada da China conseguiu se contrapor ao colosso norte-americano, que aliás financiou a expansão de Pequim na tentativa de conter a falecida União Soviética. O comunismo russo acabou, mas os chineses caminham para transformar seu país na maior economia do

mundo. Os indianos, discretamente, vão escalando para se colocar entre os cinco maiores. O mundo está se virando rapidamente para o Oceano Pacífico.

O presidente Lula dispõe da assessoria experiente do embaixador Celso Amorim. Ele já exerceu o cargo de Ministro de Relações Exteriores e possui larga experiência no trato das questões internacionais do país. Ele gosta do que faz. Está à vontade no cargo de assessor do presidente para assuntos de relações exteriores. Conhece os principais atores da política externa. É o momento de avançar no relacionamento com o governo de Pequim, que começou em 1974 numa jogada ambiciosa do presidente Ernesto Geisel e de seu chanceler Azeredo da Silveira.

Esse é o momento de desfrutar a relação especial entre um sul-americano, que pretende ascender nas relações internacionais, e o gigante asiático que deseja ser visto como nova fonte de poder político e econômico. O aprofundar das relações entre os dois grandes possui ingredientes capazes de modificar substancialmente as relações econômicas, comerciais e diplomáticas neste canto de mundo. E oferece aos chineses perspectivas interessantes de abastecimento de matérias-primas pelas próximas décadas. Trata-se de um cenário diferente, desafiador e absolutamente novo para estudiosos de várias partes do planeta. E, em especial, para os direitistas brasileiros que ainda falam de terra plana e não conseguem perceber que o agronegócio brasileiro vive e se expande por causa do notável desenvolvimento chinês. É preciso ter olhos de ver para enxergar a novidade.

## Anistia para quem precisa: o combinado não pode sair caro

» GABRIELA ROLLEMBERG  
Advogada e cientista política, cofundadora da Quero Você Eleita

» ADRIANA VASCONCELOS  
Jornalista, consultora da Quero Você Eleita

Uma nova anistia partidária surgiu no horizonte para beneficiar novamente os partidos políticos que não cumpriram a determinação da Constituição Federal, que define que a quantidade de recursos públicos destinada ao financiamento das campanhas eleitorais femininas deverá ser, no mínimo, 30% ou proporcional ao número de candidatas a deputada. O perdão também abarcaria o valor que deixou de ser aplicado nas candidaturas negras, considerando homens e mulheres.

Trata-se da proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pelo deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), que pretende estender para a eleição de 2022 a anistia aprovada no ano passado, que já havia perdoado os partidos que não cumpriram a mesma determinação. A regra existe desde a eleição de 2018 e nunca foi efetivamente aplicada.

Além de a PEC ser inconstitucional, a aprovação do texto consolidará a revitimização das mulheres e dos negros que saíram endividados da disputa eleitoral do ano passado, após registrarem suas candidaturas acreditando na palavra dos dirigentes partidários a respeito de valores que seriam repassados para garantir uma campanha eleitoral minimamente viável.

“O combinado não sai caro”, diz a sabedoria popular. A lei civil afirma que o acordo verbal faz lei entre as partes. “A palavra é de ouro.” Muitas pessoas ainda acreditam e praticam a honestidade. E são exatamente essas, que se colocaram a serviço da representatividade e da autenticidade democrática, que estão atualmente endividadas.

Não se faz campanha sem gastar dinheiro, e o que foi prometido não chegou à conta bancária eleitoral. Na prática, vimos dirigentes nacionais não cumprindo os combinados com os estaduais. Ou ainda os dirigentes de todas as hierarquias não cumprindo com a palavra perante as candidaturas. Ao que tudo indica, presenciamos verdadeiros estelionatos eleitorais.

Em um Congresso Nacional ainda majoritariamente masculino e branco, o que também prevalece entre os dirigentes partidários, a prorrogação da nova anistia tende a ser bem recebida. Por essa razão, é urgente a união das bancadas femininas da Câmara e do Senado nesse debate. É preciso que a sociedade civil organizada e desorganizada se una para fazer do limão uma limonada.

Quero Você Eleita, um laboratório de inovação política, está disposto a liderar um movimento frente ao Congresso Nacional e convida quem estiver lendo este artigo para participar. Ao invés de anistiar os partidos, precisamos promover uma reconciliação: a nossa proposta é recompensar as candidaturas de mulheres e negros para promover a quitação de suas dívidas eleitorais. Aqui se faz, aqui se paga. Não podemos deixar que essas pessoas ainda tenham que suportar ver o seu nome sujo na praça, saindo desestimuladas a participar do que deveria ser uma festa democrática bancada com os nossos impostos.

A anistia é inconstitucional, mas ainda assim queremos negociar. Estamos propondo que os recursos que deixaram de ser aplicados na última eleição sejam destinados a compor um fundo público transitório para ressarcir prioritariamente os prejuízos dessas candidaturas, que foram induzidas a erro por seus dirigentes. Precisamos garantir o direito dos fornecedores e prestadores de serviço, que também estão sendo penalizados, pois a maioria vai acabar ficando com esse prejuízo.

Se ainda assim houver sobra financeira, esse dinheiro deverá ser destinado a expandir os espaços das lideranças femininas e negras de todos os partidos, dando acesso personalizado à inteligência emocional, ao marketing, a ferramentas de negociação, à comunicação positiva e não violenta, à gestão de imagem pessoal, à autoconsciência, à autossustentabilidade, a técnicas de contação de histórias, à gestão de comunidades e a recursos humanos. Tudo que compõe o futuro da política ou a política que queremos ver no futuro. A construção de uma candidatura competitiva já começou faz tempo.

Candidaturas fictícias, desvio de recursos de mulheres e negros, violência política de gênero, tudo isso só será combatido com ações concretas e eficientes. Saímos de 15% para 18% de deputadas federais na Câmara, um progresso inexpressivo, mantido por uma estrutura que viemos aqui para romper. Enquanto não levarmos a sério a necessidade de eleger mulheres e negros neste país, não alcançaremos a diversidade da sociedade brasileira. Não há democracia sem autenticidade.



## Relações árabe-brasileiras, perspectivas promissoras

» QAIS SHQAIR  
Embaixador, é chefe da Missão da Liga Árabe no Brasil

As relações árabe-brasileiras são históricas e diferenciadas em todos os campos. No plano político, é preciso mencionar o papel bem-recebido do Brasil desempenhado em todas as questões árabes, especialmente no que concerne à Causa Palestina.

A presença da diplomacia brasileira, na edição da Resolução nº 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1947, é uma incontestada demonstração desse apoio. A resolução pedia o estabelecimento de dois Estados, palestino e israelense, e é a base sobre a qual todos concordam hoje para resolver o conflito na região (a solução de dois Estados), exceto Israel.

Com plena confiança no apoio do Brasil aos fundamentos da legitimidade internacional e ao respeito às regras do direito internacional, cremos que o compromisso de implementar as resoluções das Nações Unidas e as relacionadas ao fim da ocupação israelense aos territórios palestinos é a única saída para o encerramento do ciclo de violência que sangra corações todos os dias. Os atos de violência que estamos testemunhando nos territórios palestinos ocupados não representam o problema em si, mas a ocupação que os causaram.

Os países árabes veem da presença política do Brasil, com participação não permanente no Conselho de Segurança da ONU, ao lado dos Emirados Árabes Unidos, como fonte de apoio

para as questões árabes, para que contribua na resolução das crises que se espalharam por vários países árabes.

Os países árabes e o Brasil compartilham o apego aos princípios da solução pacífica ao longo de suas histórias, evidenciado no carinho da sociedade brasileira, que recebeu de braços abertos as ondas de imigração árabe, cujos integrantes tanto colaboraram e participaram de forma ativa com sua criatividade nos diversos setores da vida brasileira.

Assim como as visitas mútuas entre as duas regiões são ininterruptas há décadas, e nos níveis mais elevados, sendo a mais recente as duas viagens do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro a vários países árabes do Golfo, e a visita realizada pelo seu vice, general Hamilton Mourão, ao Egito.

Vale ressaltar que o Brasil tem direito legítimo de representar a América Latina no Conselho de Segurança da ONU quando o curso da reforma das Nações Unidas for concluído. Além disso, o Brasil é o fundador da Cúpula América do Sul — Países Árabes (Aspa), proposta pelo presidente Lula da Silva em 2003, em que o Brasil sediou sua primeira versão em 2005, que teve como resultado a “Declaração de Brasília”, que, seguida pela Declaração de Doha em 2009, e depois pela Cúpula de Riad em 2015, que despertou o interesse pelo aspecto cultural nos projetos de cooperação.

Por seu lado, a possibilidade de expansão do Brics com a adesão de seis países árabes (Argélia, Egito,

Arábia Saudita, Emirados, Bahrein e Iraque) terá um impacto significativo na ampliação do horizonte de cooperação entre os países árabes e o Brasil.

No entanto, sabemos da dimensão das relações econômicas existentes entre os países árabes e o Brasil, que se desenvolvem a cada dia nas áreas de intercâmbio comercial, investimentos conjuntos e todas as outras ligadas a cooperação. O volume de fluxo comercial entre os países árabes e o Brasil no ano passado foi de cerca de US\$ 33 bilhões, o Brasil exportou para os países árabes o equivalente a US\$ 17,718 bilhões e importou um total de US\$ 15 bilhões, de modo que os países árabes ocupam o terceiro lugar na lista de parceiros comerciais.

Nesse sentido, para uma parceria estratégica, o secretário-geral da Federação das Câmaras de Comércio Árabes havia apresentado há cerca de três anos para altos funcionários permitindo a seleção dos principais portos do Mar Mediterrâneo para construir cidades industriais conjuntas (joint ventures), diluindo o problema da distância geográfica que separa os países árabes do Brasil.

Em conclusão, o intercâmbio cultural entre os dois lados deve ser uma prioridade, investindo na presença ativa de brasileiros de origem árabe na sociedade brasileira através do ensino das línguas árabe e portuguesa, artes e literatura, relembrando o passado em comum e olhando para a frente com amplos horizontes que enriqueçam a cultura de ambos os lados com conhecimento e sabedoria.